

## DIFERENÇA, SURDEZ E EDUCAÇÃO

Hermínio Tavares Sousa dos Santos<sup>1</sup>

herminio.tss@hotmail.com

**Resumo:** O texto propõe uma análise da surdez na perspectiva da diferença em sua interface com a educação. Analiso os discursos hegemônicos sobre a diferença segundo Oliveira (2004, 2006), o processo de produção social das identidades e das diferenças segundo Silva (1995, 2009), a categoria Metamorfose de Ciampa (2005), para compreender a transformação vivenciada pelos surdos por meio dessas categorias, e por fim, apresento a experiência do estar sendo surdo como uma síntese das relações estabelecidas entre as categorias apresentadas e a prática da inversão epistemológica da surdez, segundo debates de Skliar (2003), Brah (2006) e Perlin (2003). Conclusivamente, trago ainda uma reflexão acerca das relações diretas sobre a diferença e a identidade da surdez com a proposta e a prática da inclusão escolar.

**Palavras-Chave:** Diferença, Surdez. Identidade. Metamorfose.

**Abstract:** The text proposes an analysis of deafness in perspective the difference in their interface with education. Analyze the hegemonic discourses about the difference according to Oliveira (2004, 2006), the process of social production of identities and Diversities second Silva (1995, 2009), the Metamorphosis of Ciampa (2005), to understand the transformation experienced by deaf through these categories, and finallyl experience being deaf as a summary of relations established between the categories and the practice of epistemological inversion of deafness, second debates Skliar (2003), Brah (2006) and Perlin (2003). Conclusively, I still think about direct relationships on the difference and identity of deafness with the proposal and practice of school inclusion.

**Keywords:** Difference. Deaf. Identities. Metamorphosis.

### INTRODUÇÃO

Partidário dos debates sobre a educação especial e educação inclusiva, atendo-me mais debruçadamente sobre a questão da surdez e da educação de surdos, dada a perspectiva aberta sobre o tema da diferença, e pelo fato de a problematização das políticas públicas de inclusão de alunos surdos passar diretamente pela discussão e pela problematização da diferença na caracterização do atendimento educacional desses alunos.

Os surdos estão entre os variados grupos inventados pela modernidade<sup>2</sup> (VEIGA-NETO, 2011) para designar aqueles que estão em desacordo com a norma e com a normalidade, e que no debate educacional fazem parte do grupo que necessita ser ajustado, normalizado, incluído. Empreender um debate sobre a surdez e o surdo no contexto educacional de inclusão é, obrigatoriamente, um exercício

epistemológico, antes de ser pedagógico, metodológico, e até mesmo linguístico. Nesse sentido, este exercício deve se iniciar por uma reflexão acerca da perspectiva da diferença no contexto da surdez, para compreender a gênese da surdez como categoria da anormalidade, até encontrarmos o caminho da alteridade e problematizar as políticas públicas de “inclusão” escolar de alunos surdos de modo que, cada vez mais, suas condições sejam respeitadas e a educação seja garantida.

Na esteira dos estudos de Sá (2006), reitero neste princípio que o debate da diferença, no contexto da surdez, não poderá dissociar-se do debate sobre a identidade, já que constituem “aspectos intrinsecamente relacionados na análise da experiência da surdez” (p. 124). A diferença apenas existe demarcada no contexto de relações de poder em que a identidade é definida, assim como a necessidade de incluir apenas existe pela consolidação de uma lógica de exclusão. Em outras palavras, a normalidade necessita da presença do ‘outro’ diferente para continuar demarcando as fronteiras, então, em vez de espaços distintos para ambos, como fora no caso das escolas especiais, em que as fronteiras eram físicas, a inclusão os coloca diante uns dos outros para que a identidade e a diferença fiquem claras por meio de fronteiras simbólicas. Dessa forma, analisar a relação da identidade nesse contexto ajuda-nos a compreender o processo de formação das diferenças.

A análise do processo de formação das identidades também favorece a compreensão da inversão epistemológica vivenciada pelos surdos, quando da superação da demarcação da diferença como política de identidade, em que a surdez é vista como negativa castradora da razão, limitadora da comunicação e comprometedora da socialização, até a perspectiva da diferença como princípio de alteridade, em que os essencialismos são desestabilizados, e as diferenças são assumidas como características de uma identidade cultural. Nesse sentido, a surdez como categoria da modernidade é substituída pela experiência da surdez, vivenciada no encontro com os outros, pela negação de sua negação, a partir da consciência de si no mundo, como um ser em permanente formação, um estar sendo constante, que se submete a uma metamorfose permanente.

## **1 OS DISCURSOS HEGEMÔNICOS SOBRE A DIFERENÇA**

Para compreendermos este processo de produção da diferença, e desde já buscando uma aproximação com o campo da educação, recorro aos estudos de Oliveira (2004), para esclarecer como o processo de vitimação de pessoas “com necessidades especiais” pelo sistema socioeducacional está

diretamente pautado em discursos, representações e práticas de exclusão, que por sua vez inviabilizam a participação desses sujeitos na sociedade.

Nesse sentido, cabe analisarmos os argumentos da autora que nos ancora para compreendermos os discursos hegemônicos sobre a diferença que legitimam práticas de exclusão na educação dessas pessoas. Segundo Oliveira (2004), os discursos sobre a diferença no contexto socioeducacional brasileiro estão marcados pela visão etnocêntrica de mundo, em que o eixo referencial de análise tem sido o modelo 'eurocêntrico', construído em torno do comprometimento físico ou mental dos sujeitos.

A autora problematiza, na perspectiva polarizada em que se constitui a diferença, alguns discursos determinantes para sua demarcação, dos quais destacaremos: o discurso clássico (Ser x Não-Ser), o discurso racionalista moderno (Eu x Outro) e o discurso científico (Normal x Anormal). Discursos em que há "uma homogeneização compreendida pela afirmação de que o 'ser', o 'eu' e o que é 'normal', se constitui no 'mesmo' e a sua negação, o 'não-ser', o 'anormal' e o 'diferente', no 'Outro'" (OLIVEIRA, 2004. p. 129).

No discurso *clássico* destaca-se inicialmente uma *Diferença Ontológica*, na qual a razão toma corpo de um referencial identitário que institui o Ser a partir do qual a realidade e a própria existência se constituem; referencial a partir do qual a diferença é instituída como Não-Ser, uma diferença que indica dependência do Ser como identidade e indica negatividade (Não-é, inimigo, inferior, diferente, etc.).

O Ser se apresenta como uno, todo e contínuo, o "mesmo", auto-sustentável, enquanto o Não-Ser como o "outro" negado (a diferença) passa a representar uma ameaça à totalidade e à mesmidade da identidade.

Já o discurso *racionalista moderno* (Eu x Outro) em que a diferença assume uma perspectiva sociopolítico-cultural tem como referências principais: o *Ser Racional*, o *Ser Livre* e o *Ser Produtivo*, instituindo a lógica do *ethos* moderno, em que o olhar para o Outro é demarcado pelo *eu racional*, como referência epistemológica, em que o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático determina sua possibilidade à instrução e escolarização; o *eu racional livre*, como referência ético-política, em que a utilização da razão como guia da ação moral determina sua capacidade de agir politicamente como cidadão responsável pelos seus atos; e o *eu racional produtor*, como referência sociocultural, cuja

relevância concentra-se na capacidade da ação produtiva econômica e cultural na sociedade capitalista (OLIVEIRA, 2004).

Nesse sentido, a negação do 'Outro' na dinâmica da sociedade moderna ocorre a partir da centralidade do Eu (capaz, racional, livre e produtor), culminando com a exclusão do incapaz, não-racional, não moral e não-produtor, que ainda contém implícita a ideia da subordinação ao grupo dominante. "O *Outro* na sociedade moderna está representado, também, pela diferença, pela negação, pela depreciação e pela exclusão, por ser alguém que causa ameaça ou mal-estar ao seu grupo social de pertencimento" (OLIVEIRA, 2004, p. 148).

O *discurso eugênico* da normalidade institui uma Diferença Hereditária (ou Genética), cujo objetivo consiste no melhoramento genético dos seres humanos, favorecendo o desaparecimento dos tipos considerados subnormais ou anormais, geneticamente inferiores.

Nesta perspectiva, o discurso eugênico ao ter como foco principal o sujeito normal, capaz e construtor material e moral, as pessoas com necessidades especiais são referidas como inferiores, anormais, capazes de comprometer a 'qualidade' da raça. Segundo esse discurso científico eugênico há uma diferença natural, em que os seres humanos nascem diferentes porque há uma diferença nos genes que aperfeiçoa determinado grupo (geneticamente superior) em detrimento de outro grupo considerado subnormal.

Portanto, no contexto seletivo da eugenia está o sujeito normal, cuja normalidade consiste em ser *forte* (do ponto de vista físico), *sadio* (moral e espiritualmente) e inteligente (mentalmente), e o sujeito *anormal ou subnormal*, cujas características fogem, por mais discretamente que seja das enunciadas anteriormente, considerados como inferiores, desnecessários e comprometedores da normalidade. "A eugenia, dessa forma, inclui pessoas com "limitações" entre os indivíduos menos aptos e entre os de raças inferiores, estabelecendo por meio de pressupostos científicos médicos a ideologia de purificação da raça (OLIVEIRA, 2004, p. 152).

Assim a surdez assume as características de um discurso inscrito na modernidade, à medida que inferioriza o surdo e sua língua, negados e encobertos pela referência epistemológica racional que estabelece uma superioridade da audição como canal de comunicação civilizador, e as línguas de modalidade oral-auditiva como suas línguas redentoras.

Nestas perspectivas da diferença é construída a ideia do surdo como *Outro*, negado por sua 'limitação' (física/mental), que diante da perspectiva racional ontológica a capacidade de 'saber' do surdo é negada (*Não-Saber*) e representada como impossível segundo esse modelo, levando-o a constituição do *Outro* como *Não-Ser*, o *Não-Ser Ouvinte*.

Em contraponto a esta compreensão da diferença (como princípio de identidade), Dussel (2000 *apud* OLIVEIRA, 2004) propõe um olhar sobre o *Outro* em que a diferença é concebida como princípio de alteridade, em que a perspectiva da negação é negada, abrindo espaço para a autenticidade do *Outro* enquanto sujeito autônomo, distinto em sua existência e sua exterioridade cultural.

Tendo a alteridade uma lógica histórica, a diferença como princípio da alteridade desloca o referencial identitário do 'Ser' para o *Outro* como *Outro*, longe da mesmidade e da totalidade do uno, apontando para um conceito de identidade histórico e processual, dinâmico e cultural em que o sujeito é ativo em sua constituição de si a partir de suas relações históricas e sociais, como sujeito livre.

Ser o *Outro*, portanto, pode assumir uma característica da diferença – como referencial identitário – ou da alteridade, inscritos em temporalidades distintas. Ser o *Outro Surdo* na diferença evidencia a exclusão, a perda e o sofrimento descritos nas histórias desse modo de ser surdo, enquanto que o Ser o *Outro Surdo* na alteridade evidencia a diferença cultural que marca a luta contra essa fixação de fronteiras desse modo de ser surdo.

Essa nova forma de ser surdo busca novas formas de reinventar sua própria experiência e sua própria vivência no encontro com o *outro surdo*, culminando no que Perlin (2003) denomina de "estar sendo surdo", que identifica não a anormalidade, a exclusão ou o sofrimento, mas o descolamento do referencial de fixação para a possibilidade móbil do pêndulo do 'eu', em que a surdez passa a se constituir no movimento para a alteridade.

Esse movimento coloca os surdos em duas posições marcantes na construção e na vivência do "estar sendo", aquela em que está situado o centro onde se vivencia a alteridade e a diferença cultural, em que está situado o movimento surdo e suas instituições, e a posição de fronteira, de hibridização.

O estar sendo surdo entre nós é considerado um estar na experiência surda componente ativo que se agencia nas dinâmicas de poder constitutivas do povo surdo. É uma experiência na convivência do ser na diferença, no espaço de uma cultura, de um povo (PERLIN, 2003, p. 91).

## 2 IDENTIDADE E DIFERENÇA COMO PRODUTOS SOCIAIS

Como são inúmeras as definições sobre a identidade, optamos por trabalhar com as teorizações de Silva (2009) que compreende a identidade a partir de suas conexões com a produção da diferença, ambas entendidas como um processo de produção social em que são mutuamente determinadas.

Segundo Silva (2009), identidade e diferença são interdependentes e inseparáveis, determinadas mutuamente, como criaturas da linguagem. Podemos partir, então, de uma definição inicialmente simplista acerca dos conceitos de identidade e diferença. “Identidade é simplesmente aquilo que se é. [...] em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é” (SILVA, 2009, p. 74). Assim, a afirmação de *ser* da identidade carrega consigo uma cadeia de negações de outras possibilidades de *ser*, como no exemplo das nacionalidades citado pelo autor, em que a afirmação de *ser brasileiro*, carrega consigo as negações das demais possibilidades de nacionalidades (*não sou argentino*), assim como as afirmações sobre a diferença dependem de suas relações com as afirmações da identidade.

Em sua análise do processo de produção da identidade e da diferença, Silva abre uma nova perspectiva para a compreensão da relação entre estas categorias, uma vez que as coloca como produto de um processo de diferenciação, superando uma primeira perspectiva em que a identidade era tomada como referência a partir da qual a diferença seria definida, refletindo “a tendência a tomar aquilo que somos como sendo norma pela qual descrevemos aquilo que não somos” (SILVA, 2009, p. 76).

Nessa nova perspectiva de análise desses conceitos, e contra uma perspectiva essencialista, identidade e diferença passam a ser entendidas como produtos de ‘atos de criação linguística’, isto é, são ativamente produzidas no contexto das relações de nossos mundos culturais e sociais, são criações sociais e culturais. Dessa forma, uma vez entendido que a identidade e a diferença não são essências, e sim atos de criação linguística, precisamos entender que ambas precisam ser nomeadas, já que apenas desta forma podemos instituir aquilo que é e o que não é. Nesse sentido, entendemos a relação dessas categorias com as propriedades características da linguagem segundo as teorizações de Saussure, que entende a linguagem, basicamente, como um sistema de diferenciação. Assim, se considerarmos apenas os signos no contexto de determinada língua que estabelecem determinada identidade e/ou diferença, perceberemos que não há nele – ou em seu sinal gráfico ou em seus

equivalentes fonéticos – qualquer valor ou essência que estabeleça essa relação e esse significado, mas perceberemos que este signo passa a adquirir sentido numa cadeia de outros signos – e suas marcações gráficas e fonéticas – que assim o diferenciam. Em síntese, a linguagem como um processo de diferenciação em si, produz a identidade e a diferença como outras instituições sociais e culturais.

Porém, vale destacar que esse processo não garante uma estrutura estável à identidade e à diferença, como uma espécie de essência, fixa, mas ao contrário, é um processo sempre incerto e instável, que não fixa os signos com que nomeamos a identidade e a diferença, já que segundo Derrida (1991 *apud* SILVA, 2009), o signo não contém a coisa ou o conceito a que se refere. Dessa forma, o signo passa a depender constantemente do processo de diferenciação e da própria diferença para obter e manter seu valor, ou seja:

o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui – coisa ou conceito – mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. [...] A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença) (SILVA, 2009, p. 79).

A identidade e a diferença sendo, no entanto, produtos da linguagem como processo de diferenciação, é necessário entendermos que ambos os conceitos se constituem como relações sociais, o que implica em estarem sujeitas a vetores de forças, a relações de poder. Segundo Silva (2009, p. 81) “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas”.

O que está em jogo nessa disputa não é simplesmente a definição da identidade e da diferença, mas uma disputa por outros recursos materiais e simbólicos que garantam acesso privilegiado de determinados grupos sociais a certos bens culturais. Portanto, a definição da identidade e a marcação da diferença estão estreitamente relacionadas com as relações mais amplas de poder.

Nessa linha de argumentação Silva (2009) afirma ser a diferenciação o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas, e que pode ser traduzido em outros procedimentos que guardam marcas da presença do poder, como o processo de *Demarcação de Fronteiras*, de *Classificação*, de *Inclusão/Exclusão* e de *Normalização*.

O processo de *demarcação de fronteiras* está estreitamente relacionado com as distinções claramente marcadas pelas relações de poder em que são determinados os limites entre quem define a identidade (nós) e quem é marcado pela diferença (eles), que pode ser representado por uma fronteira simbólica que ‘separa’, em ‘territórios’ distintos, sujeitos ‘outros’ diferentes do ‘nós’.

Podemos afirmar que o processo citado acima é resultado do artifício de classificação, considerando que na vida social este favorece uma espécie de divisão e ordenação social entendidas como um ato de significação social. Assim, a identidade e a diferença estão ligadas também à forma pela qual a sociedade produz e estabelece essas classificações. Portanto, em um jogo de relações de poder, a classificação é sempre oriunda de posições de identidade, resultando num procedimento de hierarquização, como um privilégio de determinado grupo que tem o 'poder' de atribuir valores aos demais grupos.

Aqui nos interessa o processo de classificação que se estrutura em torno de "oposições binárias", entendidas como classes polarizadas, não simétricas, em que um dos polos é valorizado como positivo e o outro como negativo. E nessa perspectiva de análise das identidades surdas a que nos propomos a partir destes estudos, cabe cada vez mais problematizarmos a polarização criada em torno do "Ouvinte x Surdo" desvelando e questionando as relações de poder em torno das quais tem se organizado historicamente.

Em seguida, na medida em que classificamos e demarcamos fronteiras, passamos a declarar quem pertence e quem não pertence, quem está de cada lado da fronteira, quem está incluído e quem está excluído de determinada identidade tomada como norma, fixada pelo processo de hierarquização. Nesse processo de normalização, aquele que está marcado pela diferença passa a reconhecer naquela identidade o parâmetro de positividade que determina quem-devo-ser, como uma meta desejável de inclusão, de ultrapassagem da fronteira, de ascensão na escala hierárquica das identidades. Porém, vale resgatar as observações iniciais acerca da relação entre identidade e diferença, quanto a sua interdependência, uma vez que o processo de definição do parâmetro de normalização, ou seja, a definição do conceito de normalidade depende diretamente da definição da anormalidade, por exemplo, sendo esta, elemento ativo da formação daquela, ou ainda, sendo a diferença elemento ativo na formação da identidade (SILVA, 2009).

Nas palavras de Silva (2009), o poder de definir a identidade e a diferença está estritamente relacionado com o fato de estarem, estas duas categorias, ligadas a sistemas de significação, ou seja, a identidade e a diferença são significados atribuídos cultural e socialmente.

De maneira mais objetiva poderíamos refletir sobre o processo de significação das identidades como um processo de nomeação, uma ação de dar nome, em que as decisões acerca da palavra, dos



sons e dos grafemas que representarão tal objeto (concreto ou abstrato) ou conceito são arbitrárias, indeterminadas e relacionadas às possíveis relações de poder que estejam em jogo.

Como um exercício de exemplificação, poderíamos pensar um pouco na palavra “mudo”, que por muito tempo esteve entre os sistemas de representação que determinaram as identidades a serem assumidas por pessoas surdas (Surdo-Mudo). Diante de determinado contexto científico pesava sobre a racionalidade todo o parâmetro de identificação com a normalidade. A linguagem por sua vez era considerada um atributo daqueles sujeitos capazes da razão, capacidade esta que se manifestava verbalmente por meio do uso da língua, e esta pelo uso do aparato fonoarticulatório intacto, do qual a voz seria seu principal expoente.

Assim, eram denominados “mudos” todos os sujeitos desabilitados de quaisquer das necessidades prévias que possibilitassem sua identificação pelo uso da razão como parâmetro principal, dadas suas limitações auditivas, haja vista que o modelo aceito de língua era a da oralidade.

O que estava em jogo nas relações de poder deste exemplo eram as concepções epistemológicas do sujeito racional da ciência moderna, que, como um sistema de representação bastante forte, fizeram prevalecer suas significações sobre a representação dos próprios sujeitos, que passaram a assumir a identidade de “surdo-mudo” como a única identificação que lhe estava disponível.

Essa perspectiva toma as formas da mudança a partir do momento em que os surdos, pela re-significação do papel da linguagem, e com isso pelo papel assumido pela língua de sinais em seu desenvolvimento sociopolítico-cultural, passaram a representar a experiência da surdez de maneira particularizada, em um sistema de significação próprio baseado na experiência visual, em detrimento da experiência auditiva, quando então passaram a representar sua condição como “surdez”, e não mais “deficiência auditiva”, e representar-se como “surdos”.

### **3 DIFERENÇA, IDENTIDADE E METAMORFOSE**

Para compreender melhor essa transformação da perspectiva da diferença como princípio de identidade para a diferença como princípio de alteridade, valemo-nos dos estudos e teorizações de Ciampa (2005) sobre a identidade na perspectiva da psicologia social.

O autor se vale de uma expressão existente na poesia de João Cabral de Melo Neto, Morte-e-Vida, que representa o processo pelo qual morremos para determinado papel e nascemos para outros que antes eram apenas possibilidades, declaradas ou veladas.

Mesmo nesta nova perspectiva do processo de formação ou produção das identidades, fica clara ainda a relação estreita e íntima com a produção da diferença, já que Ciampa parte da análise do nome como representação da identidade para entender, esmiuçar tal relação, mesmo que indiretamente. Este nome passa a representar nossa identidade, ele não o é.

Inicialmente apenas somos chamados, e inevitavelmente interiorizamos os predicados a nós atribuídos, identificando-nos com esse nome. Reflitamos um pouco sobre o exemplo do sujeito surdo que recebeu diversas predicções com as quais tem se identificado ao longo do tempo. Uma delas, que nesta análise é, por hora, mais interessante, é a predicção de “deficiente auditivo”, que posteriormente o próprio sujeito se predica, assim como a identidade de filho, por exemplo, ao ouvir dizer “ele é filho”, ou “ele é deficiente auditivo”, e ao se predicar diz: “eu sou deficiente auditivo”.

É momento de assumir essa identidade que é expressa por meio de uma forma que Ciampa (2005) denominou como *Personagem*, pois é capaz de subsistir independentemente da atividade que lhe deu origem. O nome deficiente carrega consigo o símbolo da incapacidade e da impossibilidade, da improdutividade e da mesmice, papel que o surdo começa a desempenhar em torno desse predicado. “Nesse nível inicial em que cada palavra é um nome próprio, o indivíduo aparece como ser isolado, sua identidade como algo imediato, sensível: um traço estático que define o ser” (CIAMPA, 2005, p. 140).

Partindo do senso comum podemos afirmar que todo *personagem* desempenha um *papel*, e seguindo essa mesma linha de reflexão, Ciampa afirma que este papel, o de deficiente auditivo, que possui características bastante peculiares, assumido por um *personagem*, o sujeito ‘surdo’, é uma forma de predicção que passa a ser representada por um nome, um *nome* que nomeia um *personagem*.

Ainda concernente à questão nome, antes de nos identificar ele indica nossa identidade, em primeiro lugar porque nos *distingue* e nos *diferencia*, e em segundo lugar porque nos *confunde* e nos *une*. Com isso, o autor nos revela um dos segredos da identidade: que ela consiste na articulação do que é igual e do que é diferente.

Portanto, se analisarmos a surdez até aqui, poderíamos dizer que a identidade surda se constitui no encontro com o outro (ouvinte) que o nega, e no encontro com o outro (surdo) com quem se une, funde-se. Igualdade e diferença determinando o sujeito em suas relações no mundo, instituindo papéis que os sujeitos desempenham por meio de personagens determinados para tanto.

Esta, no entanto, é a proposta defendida na obra de referência deste artigo, a preocupação com o que está ocultado no processo de construção das identidades, com os silenciamentos, uma vez que a compreensão do sujeito como sujeito de relações no mundo, em que coexistem contradições nos encontros com o(s) outro(s), institui uma personagem em constante processo de mudança, de instabilidade, que pode ser superada pelo processo de *morte e vida*, ou re-posta como uma personagem que subsiste independentemente da atividade que a gerou, prescritivamente exercendo poder sobre o sujeito de modo a manter e reproduzir sua identidade.

A estratégia central para que a Vida supere a Morte está no processo de tomada de consciência de si, em que o sujeito rompe com as estruturas que o determinam, tornando-se espontâneo. É a Metamorfose acontecendo naturalmente, independentemente da clareza que temos de sua fluidez. Transformação a partir da qual passo a me autodeterminar, pela negação de minha negação determinada por outros.

Necessitamos, porém, compreender a metamorfose como um processo um tanto quanto inerente à nossa humanidade, já que concebe a identidade como uma formação material “na sua atividade, com sua consciência” (CIAMPA, 2005, p. 156), afirmando a materialidade da identidade. Com isso, o autor nos apresenta outra categoria importante no debate da identidade: a *Possibilidade* (de transformação), como propriedade da matéria. “Se não há nada que não seja devir, a superação, no devir, não é aniquilamento, mas metamorfose: morte-e-vida” (CIAMPA, 2005, p. 156).

“Podemos definir a realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial. [...] capacidade das coisas materiais (da matéria) de passar uma nas outras” (CHEPTULIN, 1982 *apud* CIAMPA, 2005, p. 157). Adiante, na reflexão da metamorfose, e ainda no rastro da possibilidade, o autor nos sugere uma análise acerca da possibilidade de não concretização da realidade potencial. De maneira indireta nos encaminha para a *Não Metamorfose*, processo que se dá pela re-posição de identidades *dadas*.

Essa não transformação parte da compreensão de que há, sempre, *Identidades Pressupostas*, a partir das quais representamos personagens que desempenham determinados papéis. Essas

identidades (pressupostas) são representações de outrem sobre nós, anteriores a nossa própria representação, que age sobre nós de maneira prescritiva em que interiorizo tal representação, incorporando seu personagem e assumindo seus papéis na objetividade das relações sociais que a circundam.

Necessitamos entender, contudo, que a mera representação não institui essa identidade pressuposta no sujeito, mas o convívio e seu envolvimento no contexto que lhe favorecerá atitudes e comportamentos que reforcem as características próprias dessa identidade, o sujeito assume a personagem e passa a vivenciar aquele papel.

Acontece, entretanto, que devido ao risco de certas identidades desaparecerem de determinados contextos, elas são repostas, reatualizadas pela conservação dos personagens, em razão de sucessões de vários outros. Esse processo de reposição das identidades as colocam como *dadas*, de forma estática (Ser Surdo – Sou Surdo), em razão de um processo contínuo e contraditório de identificação em que minha identidade está *se dando* (Estar Sendo Surdo – Estou Sendo Surdo).

Diante do fato de que a identidade se constitui no seio de uma história pessoal e num contexto histórico, que a determina e por ela é determinado, devemos reconhecer que a não transformação é um tanto quanto improvável, dada a sua constituição da transformação como característica da matéria. E o homem, como sujeito material e diante de um contexto material, está sujeito à transformação como possibilidade; no máximo o ser humano busca sustentar uma aparência de inalterabilidade.

Mas no âmbito de análise a que se propõe este artigo, há que se considerar os processos pelos quais os sujeitos são impedidos e constrangidos à conservação, à repetição e à produção de uma réplica de si. Por trás desses impedimentos, conservam-se interesses políticos, culturais, educacionais, econômicos, epistemológicos, linguísticos, etc.

Diante da necessidade de compreender o contexto a partir do qual se conservam determinados interesses e se impõem certos impedimentos com relação à possibilidade de transformação da identidade dos sujeitos, retomamos a questão da identidade e da diferença, para o auxílio na análise da afirmação de Ciampa (2005, p. 176) de que “é a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade”.

Essa identidade é resultado de um processo que envolve a igualdade e a diferença, quando entram em jogo os padrões estabelecidos socialmente – e pressupostamente – como verdadeiros e

corretos, a partir dos quais serei unido ou serei distinto, isso tudo de maneira simultânea e constante, haja vista que essas determinações agem sobre mim permanentemente a cada instante no decorrer de minha história de vida.

Assim, passo a me posicionar de acordo com a forma com que sou interpelado pelos outros, segundo as múltiplas determinações a que estou socialmente sujeito, ou seja, “cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações” (CIAMPA, 2005, p. 177).

Com isso, não me apresento diante dos outros como portador de um único papel, mas como uma personagem representada por mim mesmo, que é chamada por um nome. Desta forma, minha identidade se institui, ou se vai instituindo, na medida em que encontro e me represento diante do outro, refletindo as demais identidades que me determinam e que por mim são determinadas. Portanto, as identidades refletem as relações sociais a que estão sujeitas em suas múltiplas direções, em sua estrutura, bem como reage sobre elas, ou como forma de conservação ou como forma de transformação.

Em síntese, represento-me desempenhando papéis decorrentes das posições que assumo no conjunto de minhas relações sociais e dentro da estrutura social e do momento histórico a que estou sujeito. Nesse processo, oculto partes de mim que não fazem parte de minha identidade pressuposta que tem sido re-posta por mim mesmo no conjunto das determinações que me compelem a tal.

Essa constante re-posição ou esse re-posicionamento de minha identidade pressuposta atribui um caráter de estabilidade e uma aparência de acabamento, negando a existência do movimento – inerente à história – e da transformação, oculta o verdadeiro caráter de minha identidade (como uma sucessão do que estou sendo), de instabilidade e de possibilidade, do vir-a-ser. “Essa expressão do outro *outro* que também sou eu consiste na metamorfose da minha identidade, na superação de minha identidade pressuposta” (CIAMPA, 2005, p. 187).

Sempre que pela negação da negação me permito a expressão desse *Outro* que há em mim e que também sou eu, oculto nas re-posições de minhas representações, eu elimino minha identidade pressuposta, favorecendo a *alterização* de minha identidade assumindo um caráter de permanente metamorfose. O processo de *alterização* consiste, portanto, numa *mudança qualitativa* descrita por Ciampa (2005), em nível de *Consciência*, contra uma tendência um tanto quanto prescritiva ao encobrimento, à dissimulação e ao velamento.

#### 4 A EXPERIÊNCIA DO ESTAR SENDO SURDO

Longe de fazer uma conceituação restrita da surdez, ou até mesmo de discorrer sobre o histórico descritivo bastante particular do desenvolvimento das práticas nem sempre educacionais destinadas aos sujeitos surdos, considerando também que não há pretensão restrita de apontar neste artigo as distinções entre as concepções e os olhares acerca da surdez como uma mera distinção paradigmática – mas sim epistemológica –, proponho-me então a tratar da questão em torno da *Experiência vivenciada do Estar Sendo Surdo*.

Este *Estar Sendo* do qual proponho tratar está relacionado tanto à proposta de Skliar (2003), como uma temporalidade processual e que amplia a perspectiva da alteridade para além da possibilidade do *Ser*, do *Não Ser* ou ainda do *Ser em Parte*; quanto à perspectiva da metamorfose de Ciampa (2005), a partir da qual meu processo de identificação é cíclico, partindo da negação de minha negação até a expressão do *outro* que há em mim e que também sou eu, libertando-me das identidades pressupostas pelo outro – que no caso do surdo e neste debate consideremos ser o ouvinte como o outro que o nega.

Trata-se, pois, de uma *Experiência* concebida como um processo de significação, entendida como condição para constituição da realidade. De acordo com Brah (2006), nenhuma experiência é capaz de refletir de modo transparente uma verdade, mas torna-se, no contexto das condições materiais, um espaço de contestação de valores e normas essencializadas – tidas como certas e padronizadas – e suas formas de dominação e criação de desigualdades pela “naturalização” das diferenças.

Partamos, pois, da colocação de Perlin (2003, p. 99), de que “nós surdos nascemos num povo ouvinte e nos transformamos em surdos”. O verbo *transformamos* implica em uma compreensão de que se vivencia uma experiência com o ouvinte, da qual resulta uma identidade pressuposta como imposta prescritivamente sobre o sujeito, transformação que se dá no encontro com o outro surdo, transformação na qual o próprio sujeito trabalha, vivenciando essa experiência como possibilidade de vir-a-ser.

A experiência supõe uma transformação e não uma estatização em vista do ser. Ela concebe a produção do sujeito, as articulações da diferença, a constituição da alteridade e da identidade. Sendo experiência propõe o deslocamento contínuo do estar sendo surdo. Como movimento, hospeda as projeções do estar sendo e do devir (PERLIN, 2003, p. 101).

A experiência do estar sendo surdo é descrita por Skliar (2002)<sup>3</sup> segundo três aspectos que merecem consideração: (1) a experiência que se está vivenciando no encontro/contacto com o outro surdo que já vivencia a experiência do estar sendo surdo; (2) a experiência de permitir ao outro surdo vivenciar o estar sendo surdo consigo; e (3) a experiência do estar sendo surdo como um espaço de contestação.

Este *Estar Sendo Surdo* na *Experiência* do encontro com o outro, converte-se, então, em um *quefazer* político que envolve diretamente a questão da identidade, da diferença e da alteridade. Desta *Experiência*, destaca-se significativamente como uma marca ou um símbolo, a experiência visual, compreendida não como mera utilização da visão no processo de comunicação, mas principalmente como uma forma de se posicionar na diferença, afetando, apenas, então, sua comunicação, sua expressão e determinando sua forma de conhecer e apreender as coisas do mundo, sua forma de atribuir significado à realidade, sua forma de produzir arte e conhecimento, experiência esta representada pela língua de sinais. É, pois, a língua de sinais o elemento central pelo qual a experiência do estar sendo surdo é oportunizada.

No entanto, discorrer sobre a experiência de estar sendo surdo exige um exercício de historicidade, pois a transformação anunciada acima nas palavras de Perlin (2003) ocorre no decorrer do desenvolvimento educacional desses sujeitos, desde as relações familiares até as situações formais de aprendizagem vivenciadas na escola.

Nas relações familiares o sujeito surdo, filho de pais ouvintes, está inserido no contexto de experiências auditivas, está sujeito ao parâmetro de normalidade ouvinte, tornando sua condição de negatividade – ser surdo não é bom – longe da alteridade e mais próximo da identidade pressuposta pelos pais antes de seu nascimento – um filho ouvinte. Neste contexto, o ambiente linguístico vivenciado pelo surdo é restritivo e castrador, pois seu canal de comunicação “mais adequado” não é considerado nas relações familiares.

No decorrer de seu desenvolvimento escolar, os aspectos clínicos aos quais está sujeito na avaliação e os aspectos terapêuticos nas práticas “educacionais”, forçaram-lhe a uma re-posição dos papéis assumidos como *aluno-deficiente* ou ainda como *aluno-ouvinte-defeituoso*. Nesse contexto, o

encontro do sujeito com o outro surdo é negado pela estrutura institucional e política que não permite essa aproximação, reforçando no sujeito uma única possibilidade de representação de si na mesmidade.

Em seguida, ou ainda paralelo à sua escolarização, há o encontro do sujeito com o outro surdo, em situações das mais variadas, de modo que não ousaria aqui afirmar uma única forma. Porém, esse encontro na diversidade de sujeitos e de suas experiências, guarda uma característica em comum, o encontro com a língua de sinais, a 'descoberta' da experiência visual, o encantamento, a vivência da diferença na alteridade.

A metamorfose de que tentamos tratar é complementada pela transformação dessa experiência em espaço de contestação política, cultural e linguística, representada pela inserção dos surdos em movimentos sociais que buscam a problematização da política de inclusão, a problematização do currículo e da relevância dada à língua de sinais no processo de desenvolvimento educacional da criança surda, dos espaços de manifestação cultural desse movimento, a problematização da própria diferença e das políticas de identidade e de respeito à alteridade do *Estar Sendo Surdo* vivida na experiência visual.

## **SEM A PRETENSÃO DE CONCLUIR**

Longe de pretensiosamente tentar encerrar o debate com a enunciação de uma conclusão fechada e reveladora da verdade, lanço-me diante da obrigação de continuar problematizando a questão da educação dos surdos no contexto da escola – que se pretende – inclusiva, pois o debate acerca da diferença no contexto da surdez nos revela, cada vez mais, a discrepância entre a produção social (ou talvez a invenção epistemológica) da surdez e os discursos modernos sobre a inclusão e a benevolência da escola inclusiva.

A perspectiva da diferença vivenciada num processo de alterização dentro da experiência do *Estar Sendo Surdo* no encontro com o outro que há em si mesmo, negando sua negação (como Não-Ouvinte), nos indica o desprezo com que as políticas públicas, e sem caminhar tanto, as próprias práticas de sala de aula, tratam a diferença no contexto da surdez e da educação dos surdos.

O aspecto principal no trato desta questão tem sido historicamente, a comunicação, a impossibilidade de se comunicar utilizando a língua oral, o que foi abordado segundo vários



paradigmas, em que se buscava uma forma de ensiná-lo (o surdo) a ‘falar’. Desta forma, a característica principal desta nova experiência da surdez é a língua de sinais e sua modalidade de uso (visual-espacial ou gestual-visual), que concentra em si as características ou elementos culturais próprios dessa experiência, como a Experiência Visual, a partir da qual esses sujeitos vão tecendo teias de relações culturais, políticas e identitárias.

As atuais propostas educacionais têm ‘tentado’ contemplar esta perspectiva pela postulação da língua de sinais como primeira língua dos surdos, assumidas como eixo fundamental de uma proposta educacional bilíngue. Tais propostas, apesar de negarem a ideologia oralista e evidenciarem o fracasso das abordagens anteriores, não atendem às demandas deste grupo por não problematizarem os aspectos culturais, identitários, políticos e de saberes envolvidos na dinâmica de inclusão desses alunos nas salas “regulares”.

Sá (2006) nos alerta para a necessidade fundamental de se criar formas efetivas que definam políticas para as diferenças que possibilitem a estes, maiores interessados nesse processo, uma educação significativa. Segundo a autora, quando optamos por tratar a língua de sinais como primeira língua dos surdos em sua educação, necessitamos tomar ciência de que esta proposição altera, dentre outros aspectos, a organização escolar, os objetivos pedagógicos, bem como a participação dos surdos (adultos) na comunidade escolar.

O que se pode observar é que o discurso moderno sobre a inclusão está em desacordo com os resultados deste paradigma, pois ao contrário da ideia do avanço e da igualdade promulgado pela presença do aluno (no contexto deste artigo) surdo na sala regular, reforçada por discursos emotivos, a presença, a proximidade física destes sujeitos – surdos e ouvintes – tem favorecido uma separação, um afastamento e distanciamento simbólico abissal entre eles, pois a adjectivação bilíngue não cumpre seus preceitos quando aceita a língua de sinais, mas não a implementa como língua de instrução.

Outro aspecto que nesse rastro merece destaque é a sobrevalorização da questão da língua como fator determinante para o desenvolvimento do aluno surdo. Não que seja um equívoco valorizá-la ou dedicar a atenção devida à língua de sinais, mas não se pode cometer o erro de acreditar que a simples presença do intérprete, por exemplo, é capaz de resolver ou solucionar as dificuldades destes alunos, como tem sido defendido. Antes da problemática da língua (de sinais) como língua de instrução está a questão da diferença como uma questão política e cultural que precisa ser problematizada, não somente na escola, mas nas instituições de ensino superior que formam profissionais para atuar na

sala de aula; o modelo e a estrutura escolar que obedecem à lógica da modernidade e da unicidade, da mesmidade; o modelo conteudista de ensino; a participação da comunidade na escola, etc.

Citando Wrigley (1996), Sá (2006) ainda afirma que na medida em que a diferença da surdez é suprimida, pela insistência na identificação do surdo como “semelhante ao ouvinte”, bem como pela priorização de uma comunicação centrada na oralidade, a inclusão, compreendida como acesso ao conteúdo curricular, é sistematicamente negada.

Com isso temos a obrigação epistemológica de refletir acerca dessa presença na sala regular, pois, como bem pudemos perceber nas teorizações sobre a diferença em sua interdependência com a identidade, é no encontro com o outro e com outros ‘outros’ (internos e exteriores a si) que a identidade pode se metamorfosear. Essa presença inviabiliza a construção de saberes, identidades e culturas, por inviabilizar a consolidação linguística, já que estará sempre entre duas línguas sem favorecer o desenvolvimento de qualquer uma delas.

Trata-se, pois, nas palavras de Sá, de *viabilizar* a língua de sinais no contexto escolar, o que afeta diretamente todo o trabalho pedagógico pensando a diferença da surdez, o que deve superar a benevolência do discurso moderno da inclusão, que apenas aceita a língua de sinais como a língua da comunidade surda, mas não a considera na dinâmica escolar, nem na efetivação do currículo.

A escola assume (ou deveria assumir), então, papel determinante e crucial no desenvolvimento de alunos surdos, pois é capaz de extrapolar a perspectiva conteudista das escolas da modernidade, favorecendo um desenvolvimento sociocultural, político e identitário que a convivência em comunidade majoritariamente ouvinte lhes priva, ou seja, trata-se, pois, de superar a necessidade de uma educação bilíngue e reconhecer a necessidade de uma educação multi ou intercultural.

## REFERÊNCIAS

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, Campinas, 2006. pp. 329-376.
- CIAMPA, A. C. **A História do Severino e a História da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OLIVEIRA, I. A. de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial**: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. A Problemática Ética da Diferença e da Exclusão Social: um olhar dusseliano. In: MARTINS, L. A. R. *et al.* **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERLIN, G. **Ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2003, 156f.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, T. T. Currículo e Identidade Social: territórios contestados. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, A. Incluir para Excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. **Habitantes de Babel: a política e a poética da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA; Linha de pesquisa em Saberes Culturais e Educação na Amazônia e orientando da Profª Drª. Ivanilde Apoluceno de Oliveira. Bolsista PROESP/CAPES.

<sup>2</sup> Segundo o autor a modernidade cria especificações cada vez mais detalhadas acerca dos grupos que têm sido excluídos historicamente do discurso da normalidade, para justificar o discurso da diversidade.

<sup>3</sup> *É o outro que retorna ou é um eu que hospeda? Notas sobre a pergunta obstinada pelas diferenças em educação*. Palestra conferida na semana acadêmica da UFRGS (2002 *apud* PERLIN, 2003).